

## ***Umbandista vota em umbandista: disputas entre umbandistas e católicos no campo religioso brasileiro (1950-1962)***

Joana Bahia<sup>1</sup>

Farlen de Jesus Nogueira<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v15i45.65915>

**Resumo:** Alguns autores consideram que as religiosidades afro-brasileiras tenham sempre ocupado uma presença pública ligada aos seus aspectos culturais (GIUMBELLI, 2008; BURITY, 2021). Se por um lado as expressões culturais foram *modus operandi* de resistências e de constituição de identidades, por outro lado há episódios na cena afro-brasileira em que a política foi pensada como lugar para tratar das questões de intolerância religiosa. Nos anos 50, as atitudes diante dos ataques sofridos pelos segmentos da intelectualidade católica, mostram que a via política era também pensada por algumas lideranças umbandistas, para fazer frente aos segmentos católicos mais conservadores, e como modo de valorização de uma umbanda negra no espaço público entre os anos 50 e 60. Neste artigo, por meio da análise de discursos e de escritos dos dois segmentos religiosos, discutiremos os conflitos entre católicos e umbandistas, as reações à intolerância religiosa, e posteriormente a entrada gradual na política pela umbanda como uma forma de garantir a liberdade religiosa.

**Palavras-chave:** Catolicismo, umbandistas, política, espaço público, Tancredo da Silva Pinto

---

<sup>1</sup> Professora titular de Sociologia e Antropologia e procientista do Programa de Pós Graduação e História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: joana.bahia@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ-FFP. Bolsita CAPES. E-mail: farlennogueira@gmail.com

***Umbandista votes for umbandista: dispute between umbandistas and Catholics in the brazilian religious field (1950-1962)***

**Abstract:** Some authors consider that Afro-Brazilian religiosities have always occupied a public presence linked to their cultural aspects (GIUMBELLI, 2008; BURITY, 2021). If, on the one hand, cultural expressions were a *modus operandi* of resistance and the constitution of identities, on the other hand, there are episodes in the Afro-Brazilian scene in which politics was thought of as a place to deal with issues of religious intolerance. In the 1950s, attitudes towards the attacks suffered by segments of the Catholic intelligentsia show that the political path was also thought of by some Umbanda leaders, to confront the more conservative Catholic segments, and as a way of valuing a black Umbanda in the public space. between the 50s and 60s. In this article, through the analysis of speeches and writings of the two religious segments, we will discuss the conflicts between Catholics and umbanda supporters, the reactions to religious intolerance, and later the gradual entry into politics by umbanda as a way of guarantee religious freedom.

**Keywords:** Catholicism, umbandistas, politics, public space, Tancredo da Silva Pinto

***Votos umbandistas por umbandistas: disputas entre umbandistas y católicos en el campo religioso brasileño (1950-1962)***

**Resumen:** Algunos autores consideran que las religiosidades afrobrasileñas siempre han ocupado una presencia pública ligada a sus aspectos culturales (GIUMBELLI, 2008; BURITY, 2021). Si, por un lado, las expresiones culturales fueron un *modus operandi* de resistencia y constitución de identidades, por otro lado, hay episodios en la escena afrobrasileña en los que la política fue pensada como un lugar para tratar cuestiones de índole religiosa. intolerancia. En la década de 1950, las actitudes frente a los ataques sufridos por segmentos de la intelectualidad católica muestran que la vía política también fue pensada por algunos líderes de Umbanda, para enfrentar a los segmentos católicos más conservadores, y como una forma de valorizar una Umbanda negra en el espacio público. entre las décadas de 1950 y 1960. En este artículo, a través del análisis de discursos y escritos de los dos segmentos religiosos, se discutirán los conflictos entre católicos y umbanda, las reacciones a la intolerancia religiosa y, posteriormente, la entrada paulatina en política de la umbanda como una forma de garantizar la libertad religiosa.

**Palavras chave:** Catolicismo, umbandistas, política, espaço público, Tancredo da Silva Pinto

*Recebido em 20/11/2022 - Aprovado em 13/03/2023*

## ***Introdução***

Autores como Giumbelli (2008) e Burity (2021) analisam também a presença pública das religiões afro-brasileiras pela via cultural. Portanto, nessa concepção, a cultura seria o “fio condutor” para as ações desses grupos diante da sociedade e do Estado. Entretanto, essa visão vem sendo rediscutida nas últimas décadas pelo crescimento da intolerância religiosa em todo país (AGUIAR, 2018)<sup>3</sup>. O avanço das políticas raciais, da patrimonialização de terreiros e dos signos afro diaspóricos a partir dos anos 80 (MORAIS, 2021), em seguida das mobilizações com as frentes parlamentares (VITAL DA CUNHA, 2021), construção de políticas públicas (MORAIS, 2021), luta pelo acesso aos direitos pelos povos de terreiro (MIRANDA, 2010 e 2011), formação de grupos de luta por reparações afro diaspóricas, candidaturas de políticos pertencentes às comunidades de axé (ORO, 1997; REIS, 2020), mostram uma via não tão culturalista assim, ou pelo menos não a todo tempo.

Neste artigo analisamos a preocupação de alguns segmentos do campo umbandista nos anos 50 e 60, dentre eles os segmentos da “umbanda branca”, que estavam presentes no *Jornal de Umbanda* e do segmento da umbanda omolocô, representado por Tancredo da Silva Pinto e como a entrada na política, que foi uma estratégia tentada pelos dois grupos, era não apenas um modo de pensar como valorizar das expressões negras de segmentos dessa religiosidade, porém seria uma forma de se instrumentalizarem diante da forte presença católica no estado e no campo político e sua política de intolerância em relação aos grupos afro religiosos, e para responderem aos ataques diretos feitos pela imprensa católica, pela imprensa carioca, rádio, que reproduziam a visão cristã intolerante presente na sociedade e, principalmente as ações como a Campanha de Esclarecimento aos Católicos, assim como, as reações indiretas, por uma tolerância sutil aos “outros”, e

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a intolerância religiosa ver:  
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13539/1/Camila%20Fogaca%20Aguiar.pdf>

atenuada pelo concílio Vaticano II em que a ideia de sincretismo permaneceu nos anos posteriores como uma questão complexa (FRANÇA, 2012). Antes mesmo do Concílio Vaticano, as impressas católicas, sejam dos segmentos do clero local e nacional, seja de intelectuais católicos nos jornais cariocas, mostravam o incômodo especial com a possessão corporal, e com o crescimento do trânsito religioso dos católicos recém-saídos da missa de fim de ano nas igrejas para as praias cariocas, essa preocupação era demonstrada em especial na Revista Eclesiástica Brasileira e no Jornal do Brasil. E alguns intelectuais católicos como Dom Jaime Câmara, culpabilizam as favelas na zona sul carioca como locus dessa reprodução negra, espalhando suas crenças para além dos espaços em que estavam circunscritos na cidade. Devemos nos atentar para o fato de que historicamente no Brasil, as religiões afro-brasileiras sempre foram perseguidas desde os tempos do império, com o controle da Igreja por parte do imperador, pois a religião oficial sempre foi o catolicismo. Na República, proclamada a partir de 1889, o Estado buscava construir um projeto de separação entre Igreja e Estado<sup>4</sup>.

Na formação do campo umbandista, temos uma diversidade de líderes e práticas e do que chamamos de umbandas (BROWN, 1985; NOGUEIRA, 2022). Se por um lado temos um segmento em que pensa a umbanda enquanto uma religião brasileira, mas destituída de simbologias afro-brasileiras, caso da umbanda branca, que tem como líder Zélio de Moraes, por outro, temos a umbanda omolocô, que uma concepção de umbanda que busca suas origens no continente africano, em Angola e que valoriza os aspectos afro-religiosos. Esta última concepção de umbanda foi criada por Tancredo da Silva Pinto e será abordada em alguns momentos no presente artigo, principalmente em sua disputa com a Igreja católica pelo espaço público. Quanto à concepção de umbanda “branca”, utilizaremos o *Jornal de Umbanda* para abordarmos as estratégias de entrada para a política desta instituição durante a década de 1950.

---

<sup>4</sup> No campo pentecostal temos respectivamente, a partir dos anos 40 e em 1960, a publicação da obra Mãe de santo, do pastor Robert McAlister, da Igreja pentecostal Nova Vida (SILVA, 2007). Posteriormente nos anos 70, temos a revista *Plenitude* publicada pelo Bispo Edir Macedo e novas publicações sob a gestão da Igreja Universal do Reino de Deus. A veiculação dessas ideias na imprensa e na mídia, somado a entrada dos grupos pentecostais e neopentecostais e suas articulações com segmentos do catolicismo mais conservadores no campo político, vai acirrar ainda mais o problema da intolerância religiosa no Brasil, de um modo geral, mas em especial em relação às religiões afro brasileiras, pois essas dominam o importante léxico da possessão e dos usos corporais, que será posteriormente ressignificado no campo pentecostal (SILVA, 2007).

Nos anos 40 e 50, além do crescimento das religiões afro-brasileiras nos espaços públicos da cidade, seja na circularidade das simbologias afro religiosas nos comércios de rua, formação de ranchos, na constituição de um campo artístico em muitos eventos era expressão dessas cosmologias, seja no notório crescimento das festividades em homenagem à Iemanjá em toda a cidade, essa presença era incômoda para muitos setores católicos que usavam o espaço da rádio e dos jornais para atingir os segmentos afro religiosos, sob a égide do debate racial e como representantes legítimos de uma política eugenista em que os resquícios pouco civilizados das populações africanas, não deveriam ser reproduzidos numa sociedade cristã (BAHIA, 2023). Como os católicos se comportam diante de tal crescimento, de que modo mantém suas relações de poder junto ao estado?

Assim, os dirigentes católicos se esforçaram para dificultar a expansão de novos concorrentes religiosos no Brasil até o fim da década de 1950, dentre os quais podemos citar Boaventura Kloppenburg e Dom Jaime Câmara, dentre outros. Nesses anos, ocorreu a “destraditionalização religiosa” brasileira, com o processo de adesão a novas crenças e práticas religiosas que se tornaram de ordem pessoal, consciente e voluntária, aumentando o trânsito religioso no país com espíritas, pentecostais, umbandistas e católicos (MARIANO, 2011, p.247-248).

Mas, por outro lado, a Igreja não perderia toda a sua força no Brasil. Cabe lembrar que, no Brasil temos uma “quase laicidade”, visto que nunca tivemos uma separação entre Igreja e Estado de fato, e privatização do religioso, assim como nunca tivemos uma exclusão entre religião e política. Sendo assim, a laicidade não é um valor central na cultura brasileira, mas é uma referência para os poderes públicos e suas autoridades quando se referem a diferentes casos em que grupos religiosos e laicos se opõem (MARIANO, 2011, p.254).

No campo católico, temos uma série de transformações que vão ocorrer no seio da Igreja brasileira e mundial neste período. Uma dessas mudanças se dá com a criação da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952.

Devemos lembrar que desde o início do século XX, a Igreja se preocupava em reassumir sua posição frente ao Estado e a sociedade brasileira, assim, ela buscava cristianizar as instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas populares às ortodoxas (MAIWARING, 1989, p.41). Com isso, surgiu o modelo da neocristandade, estimulado por Dom Leme, em 1916, tal modelo sofreu várias adaptações e transformações ao longo de 25 anos, atingindo seu auge entre 1930 e 1945,

justamente na Era Vargas, momento de grande perseguição para as religiões afro-brasileiras e no qual o espiritismo kardecista estaria se estruturando. O anticomunismo, o antiprotestantismo, a influência na educação e a moralidade católica, procurando demonstrar sua presença na sociedade, seguiam sendo preocupações da Igreja (MAIWARING, 1989, p.143). Eram os fundamentos de uma Igreja conservadora que não queria perder sua forte frente ao campo religioso brasileiro. Esse movimento foi fortalecido pelo Vaticano por meio do papado de Pio XI (1922-1939) (MAIWARING, 1989, p.43).

### ***O bispo e a santa: todos em transe***

Além de toda a movimentação interna dos segmentos afro religiosos, em especial dos espíritas e umbandistas, e entre os campos religiosos católicos e das religiões mediúnicas, das rearticulações entre essas religiões e estado, da construção futura de candidaturas umbandistas a vários cargos, temos ainda os desdobramentos dos eventos religiosos realizados na cidade do Rio de Janeiro e que deram enorme visibilidade às religiões afro-brasileiras. O maior deles é a devoção à Iemanjá nas festividades umbandistas de 15 de agosto, nas festas de réveillon no fim de dezembro, e posteriormente os festejos de 2 de fevereiro. Nas festas de ano Novo a grande preocupação do bispo e dos jornalistas católicos era o trânsito entre as igrejas e as praias, e o transe coletivo nas áreas mais nobres da cidade e a união de outros grupos afro brasileiros que experimentavam a virada do ano. Tanto católicos, como umbandistas e candomblecistas iam à praia. Tanto os segmentos populares quanto os grupos da elite carioca participavam nas festas a beira mar, se consultavam com os umbandistas e demais espíritas que entravam em transe, e colocavam flores ao mar. O movimento nas praias era intenso com ampla participação de diferentes categorias sociais (JORNAL DO BRASIL, 1957, p.6).

Em 1941, no jornal Cultura Política, Basílio de Magalhães <sup>5</sup>incorpora a orixá como parte do folclore brasileiro associando-a à virgem dos católicos. Em outro texto chamado “*Elemento religioso afro brasileiro*”, o mesmo autor baseando-se nos textos de Nina Rodrigues e Artur Ramos chama a mitologia religiosa de Olimpo africano, correlacionando-a aos estudos cubanos de Fernando Ortiz<sup>6</sup>. Neste jornal há uma série de artigos de sua autoria

---

<sup>5</sup> Professor de educação e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

<sup>6</sup> São muitas referências à Iemanjá, em especial seus itans, destaco aqui as obras em que sua presença aparece bastante referida: Africanos no Brasil (2010 de Nina Rodrigues, Introdução a antropologia

em que realiza comparação com várias mitologias, em especial, os mitos aquáticos em que além de explicar os vários mitos relacionados a Iemanjá, num deles relacionando-a a Iara, explicita a quantidade de "despachos" que lhe são dedicadas em todas as praias do litoral centro-nordestino. Ao longo dos anos 40 e 50 as oferendas cresceram em todo o país (CULTURA POLÍTICA, 1941, p.267).

A presença das oferendas juntamente de diferentes segmentos do universo afro religioso nos espaços urbanos era notória nos anos 50, provocando reações do Bispo Dom Jaime de Barros Câmara à festa do transe coletivo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e, conforme vimos nas matérias da imprensa carioca, no deslocamento maciço entre saídas das igrejas para depositarem flores à Iemanjá na travessia das barcas entre Rio e Niterói, e na totalidade das praias cariocas, compreendendo áreas nobres como Copacabana, Leme, Leblon e outras consideradas menos nobres. A cidade estava enfeitada.

Além da ofensiva na rádio, o bispo passou a transmitir seu descontentamento na imprensa carioca, como um todo, como veremos mais adiante, sendo a imprensa carioca acusada de “*servas do papa*” pelos umbandistas. Num de seus ataques, Dom Jaime Câmara decidiu criar uma missa campal na área do aterro do Flamengo, mudando os horários e buscando “interferir” na devoção popular, “*higienizando*” com seu discurso racial os sincretismos que tanto que causavam descontentamento, em especial na impossibilidade de se distinguir práticas religiosas, grupos e classes sociais na devoção à deusa yorubana (JORNAL DE UMBANDA, 1955, p.1).

Em “*O milagre de Iemanjá*”, escrito por José Alvares Pessoa, no *jornal de umbanda* de fevereiro de 1955, temos o conflito entre os umbandistas e os católicos, em especial sobre “*o desespero*” de Dom Jaime de Barros Câmara “em dar um golpe no culto a Iemanjá, que se celebra todos os anos desde tempos imemoriais no Rio de Janeiro e que, transpondo, seus limites, já se propagou por todos o país” (JORNAL DE UMBANDA, 1955, p.1).

O tal golpe foi a mudança da missa católica realizada sempre às tardes, para a meia noite na virada do dia 31 de dezembro de 1954 para 1 de janeiro de 1955, com uma pomposa procissão de 300 barcos vindos de Niterói, que chegariam no aterro da esplanada

---

brasileira (1963) e O folclore negro no Brasil (2007) de Artur Ramos, O candomblé na Bahia (2001) de Roger Bastide, Contos populares do Brasil (2018) de Silvio Romero, O folclore no Brasil (2019) de Basílio Magalhães. Ainda temos os famosos relatos no livro Iemanjá e Oxum (2004) de Lydia Cabrera, e ainda o culto a Iemanjá na ilha de Itaparica nas palavras de Deoscorides M dos Santos sobre o ilê Abôulá (famoso mestre Didi).

do Castelo para realização de missa campal. Porém, como afirma a matéria que diante de artimanha política dos católicos orquestrada por Dom Jaime, os umbandistas pediram que Iemanjá lhe que “mostrasse o seu poder”, trazendo muita chuva, o que impossibilitou a realização do evento, sendo o mesmo transferido pelo cardeal para 20 de janeiro. Ao final, o ano novo foi preservado e novamente as praias lotadas de gentes em transe e oferendas para Iemanjá (JORNAL DE UMBANDA, 1955, p.1).

Continuando a polêmica, temos claramente exposta pelos umbandistas a ideia de intransigência religiosa de Dom Câmara, no *Jornal da Umbanda*, de fevereiro de 1955. Eles reagem “ao catolicismo” dos jornais cariocas, que reproduzem as mesmas ideias intolerantes em relação a umbanda já veiculadas na imprensa mais ampla pelo arcebispo Dom Câmara, em especial no *Jornal O Globo*, e na *Imprensa popular* de 4 de janeiro de 1955 (JORNAL DE UMBANDA, 1955, p.5).

Em 5 de janeiro de 1957 na coluna a Voz do Pastor do *Jornal do Brasil*, temos a reação católica conservadora novamente por parte de Dom Jaime de Barros Câmara<sup>7</sup>, quando afirmou que o culto a Iemanjá “é uma demonstração de atraso intelectual e moral”, ideia promovida em sua palestra “Prevenir é melhor que reprimir” anunciada na Rádio Vera Cruz. Partes de sua palestra são reproduzidas na coluna. Ele ainda pediu que os fiéis se afastassem das praias nas noites de passagem do ano, e que as “almas retas” se dirigissem às igrejas paróquias, afim de “evitarem o contágio pelas superstições e fetiches” (JORNAL DO BRASIL, 1957, p.6).

Na coluna Voz do Pastor do *jornal do Brasil*, fica evidente o discurso higienizador, como se o culto a Iemanjá se tratasse de um atavismo moral que devesse ser reprimido pela polícia:

---

<sup>7</sup> Cabe destacar a coluna A Voz do Pastor, parte do *Jornal do Brasil*, algumas com a participação de Dom Jaime Câmara, na qual temos a visão católica e suas críticas a umbanda e ao espiritismo. Temos as seguintes matérias publicadas São Jorge é nosso, publicada em 4 de maio de 1954; Mentiras contra a Igreja, publicada em 18 de outubro de 1954; A conferência dos Prelados da América Latina, publicada em 5 de agosto de 1956; O verdadeiro culto a São Jorge publicada em 12 de maio de 1956; Religião verdadeira e a Liberdade de Cultos, publicada em 24 de março de 1956; Multiplicidade de crenças e suas contradições, publicada em 25 de agosto de 1956; Credos religiosos, publicada em 15 de setembro de 1956; “Prevenir é melhor que reprimir: O Culto a Iemanjá, demonstração de atraso moral e intelectual”, publicada em 5 de janeiro de 1957; Acusações contra o clero e falsos sacerdotes, publicada em 9 de novembro, de 1957.

“Medidas preventivas são preferíveis às repressivas”...”A ação policial preventiva, desde que sendo bem orientada, deve ser aplaudida, pois que atuam em benefício da coletividade humana. Merece ser circundada pelos que se interessam pela causa pública. Não pretendemos declarar até que ponto lhe caiba intervir nos desmandos que ocorrem na passagem do ano em nossas lindas praias cariocas”. E continuava: “Mas testemunhas oculares afirmam que o tal culto à Iemanjá provocou muita embriaguez. Até meninas de 12 anos tomaram parte em grupos que passavam copos de cachaça de boca em boca, além de com tão pouca idade, fumarem grandes charutos. Que em tais condições caíssem em transe...quem admira? ”. (JORNAL DO BRASIL, 1957, p.6).

Além de todas as críticas que se remetiam aos vários determinismos raciais, porém sem nomeá-los, há o incômodo de ver a frequência ampla de classes e diferentes grupos sociais presentes nas praias. Como Dom Jaime relatou:

É possível que a superstição, sinal evidentíssimo de ignorância, pois não se baseia nem na razão e nem na fé, haja atingido o cérebro de pessoas tidas por sensatas e cultas? Ou dar-se-á o fato de a sensatez e cultura estar unicamente na posse de um Cadillac? (JORNAL DO BRASIL, 1957, p.6).

Em resposta, os umbandistas publicam no jornal de umbanda de 1957 a matéria “*Um protesto ecoa em toda a umbanda*”, mostrando a luta religiosa entre Dom Jaime Câmara e os umbandistas, que cada vez mais tinham presença na esfera pública, e as respostas dos umbandistas sobre as acusações do arcebispo. A exemplo as acusações do arcebispo sobre “*crianças médiuns que bebiam cachaça na praia*”, “*embriaguez*”, outros comportamentos, que os próprios umbandistas condenam. Comportamentos que estão longe do que se prevê dos seus “aparelhos” (nome que usavam para médiuns) se portarem diante de seus espíritos, mostrando que são impróprios para os próprios praticantes da religião (JORNAL DE

UMBANDA, 1957, p.3) As críticas a Dom Jaime apontavam não apenas para a visão preconceituosa do bispo, mas evidenciavam o desconhecimento das práticas umbandistas.

Com a continuidade dos ataques do Bispo, os umbandistas criaram, a partir de 1957, uma nova coluna só dedicada a notícias sobre Iemanjá chamada “Noticiário de Yemanjá” que conta com a colaboração dos membros da comissão de divulgação da sua imagem. Mas o olhar intransigente do bispo se reproduzia no olhar da imprensa carioca, a exemplo relacionam Iemanjá às coisas negras e faveladas, como se não houvesse católicos e brancos misturados em suas várias classes e tipos étnicos nos terreiros e nas praias cariocas (JORNAL DE UMBANDA, 1957, p.7).

Em 6 de janeiro, do mesmo ano, na coluna mensagens de natal, do Jornal do Brasil, Manuel Bandeira fala do culto como a sensação do novo ano, porém associado a ideia de favela, coisas “organizadíssimas” das camadas populares da cidade:

Não vi, nunca vi e preciso ver o culto de Iemanjá na orla marítima de Copacabana, é coisa nova na vida do Rio, e creio que está ligado ao aparecimento das favelas do bairro, favelas organizadíssimas, com seu campo de football, suas praias, suas televisões e rádios e todo o conforto moderno (JORNAL DO BRASIL, 1957, p.5)

As respostas às investidas do Bispo e de outras lideranças católicas, conforme veremos mais adiante, serão produzidas por líderes espíritas e umbandistas nas imprensas desses segmentos e nas publicações da umbanda Omolocô, em especial nos muitos livros escritos por Tancredo da Silva Pinto e Byron Freitas. Paralelo às publicações do campo espírita e umbandista, temos a intelectualidade católica produzindo estudos sob o olhar da psiquiatria, parapsicologia como forma de se legitimarem diante das práticas de feitiço que ganhava a simpatia dos católicos. A ideia de trânsito religioso, ou da dupla filiação era um dos temas recorrentes na imprensa e um dos que mais preocupava a Igreja Católica.

### ***Campanha de Esclarecimento aos Católicos e o Frei Boaventura Kloppenburg***

Cabe lembrar que, entre os anos de 1930 e 1944 estabeleceu-se uma aliança tácita entre o governo, e o episcopado que queria retomar sua posição frente ao estado sepultando a laicidade do Estado, conforme as diretrizes de Pio XI<sup>8</sup>, que versavam sobre o

---

<sup>8</sup> Foi um conjunto de ações criadas pela Igreja que visavam proteger a fé cristã com a participação do laicato (ALMEIDA, 2015, p.2).

papel da Igreja na sociedade moderna, pois desde 20, a Igreja queria rever sua posição junto ao Estado (BANDEIRA, 2000, p.34).

Esse movimento é agravado com a criação da Liga Eleitoral católica, que foi apoiada por Dom Leme, em 1932. Lembrando que Dom Leme era contra a criação de um partido católico, mas era a favor do voto e da consciência da Igreja e de seus leigos na política (BANDEIRA, 2000, p.43). A partir disso, em 1933, temos a eleição da Assembleia Constituinte no Brasil, Dom Leme organiza a LEC a partir de duas ideias básicas, ou seja, “instruir e alistar o eleitorado católica e assegurar a candidatos dos diferentes partidos a aprovação da Igreja, e, portanto, a eleição de candidatos mediante princípios católicos e o compromisso de defende-los na Assembleia constituinte (BANDEIRA, 2000, p.43).

Em 1939, ocorre o Concílio Plenário, no Rio de Janeiro, presidido por Dom Leme. O mesmo que tinha o objetivo de promover ampla revisão das ordenações pastorais determinadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que foram substituídas pela legislação do Concílio Plenário Latino-Americano, que entrou em vigor em 1900 (BANDEIRA, 2000, p.53).

Após este concílio, vai surgir um dos principais órgãos que será responsável pela Campanha anti-espiritismo ou *Campanha de Esclarecimentos aos católicos*. Portanto, estamos falando da Secretaria da Defesa da Fé, que era de âmbito nacional e buscava deter a invasão protestante e espírita, segundo Bandeira (2000, p.55). O órgão seria criado por Dom Leme, que o faz surgir frente às congregações marianas.

O órgão surge como uma forma de combater o espiritismo e o protestantismo. Ele contava com vários padres colabores que estudavam as duas religiões, dentre eles o Padre Agnello Rossi, que era professor do Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo, o padre Vicente Zioni, também professor do mesmo seminário e o padre Oscar de Oliveira, professor do Seminário maior de Mariana, em Minas Gerais. No Rio, temos o frei Boaventura Kloppenburg, e em 1941, é criado no RJ, o instituto de formação Catequética, que tem como diretor o Padre José Moss Tapajós, que foi pessoa chave na organização do Concílio citado acima (BANDEIRA, 2000, p.56)).

Kloppenburg acabou sendo nomeado responsável, por parte da igreja católica, pela organização desta campanha. Tendo inclusive, recebido uma autorização por parte de Dom Helder Câmara para visitar terreiros de umbanda e centros espíritas sem as vestes clericais (NEGRÃO, 1996, p.84). Com isso, o frei Kloppenburg publicou uma série de obras doutrinárias sobre estas religiões. Entre suas obras estão os artigos “*Contra a heresia espírita*”,

publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, em 1952; “*O espiritismo de umbanda*”, publicado também Revista Eclesiástica Brasileira, em 1954, dentre outros. Além de artigos, Kloppenburg também publicou alguns livros doutrinários sobre estas religiões, dentre as quais estão “*Livro Negro do espiritismo*”, de 1953, publicado pela editora Vozes; “*Posição católica perante a umbanda*”, publicado em 1954, também pela mesma editora.

Em seus escritos Kloppenburg acusava o espiritismo de maneira pejorativa, pois não a considerava religião e a imputava categorias tais, como “superstição”, “leviandade”, “demonolatria”, “heresia”, “veneno anti-cristão”, além de recorrer ao discurso médico psiquiátrico para deslegitimar suas práticas (KLOPPENBURG, 1953).

No livro “*Posição Católica perante a umbanda*” de 1954, Kloppenburg argumenta que a umbanda seria a negação do cristianismo, pois em sua doutrina panteísta a umbanda contestaria uma série de verdades cristãs, como a Santíssima Trindade, a negação de um Deus uno. Ainda em seu contato com o espiritismo kardecista, a umbanda também endossaria o princípio da reencarnação, que seria outra negação da doutrina cristã (KLOPPENBURG, 1954, p.21). Para Kloppenburg, os umbandistas seriam praticantes de necromancia, demonolatria e magia. Ele, inclusive, cita que em alguns meios umbandistas eram professados uma tendência de retorno ao paganismo e para isso, cita a criação da Confederação Espírita Umbandista, fundada por Tancredo, que afirmava que a instituição teria sido fundada por ordem de um orixá (KLOPPENBURG, 1954, p.22). Para Kloppenburg isto seria uma declaração pecaminosa por parte de Tancredo. A leitura de obras umbandistas por católicos resultaria em pecado mortal, que poderia levar a excomunhão, assim como seria proibido católicos irem a terreiros de umbanda, sendo também vedado o casamento de umbandistas e católicos, estando proibido seu direito a assistir missa, comunhão e batismo (KLOPPENBURG, 1954, p.23). Portanto, a umbanda seria uma negação do catolicismo, ou seja, nas palavras de Kloppenburg a umbanda seria “acatólica” (KLOPPENBURG, 1954, p.24). Sua prática, assim como a do espiritismo deveriam ser proibidas pelo Estado, pois estas ofereciam um perigo à saúde pública e mental. Negrão (1996, p.86) afirma que se tivessem ainda a igreja e os conservadores o poder de influenciar o Estado que possuíram algumas décadas atrás, certamente novas estratégias teriam ocorrido.

Desta forma, nos escritos de Kloppenburg também encontramos questões ligadas à questão da laicidade no Brasil. Em 1953, Kloppenburg escreveu uma obra literária intitulada “*Livro Negro do espiritismo*”. Na qual publicou questionários, que ele enviou para

psiquiatras do Rio de Janeiro, buscando denunciar os males do espiritismo e da umbanda para a saúde pública e mental. No seu questionário enviado aos médicos existiam questões que abordavam se havia a necessidade de se interditar centros, pois estes ofereciam um risco à saúde pública. Assim, segundo Kloppenburg “todos são unânimes também em declarar que o exercício abusivo da arte de curar pelo Espiritismo acarreta perigos para a Saúde Pública” (KLOPPENBURG, 1953, p.100). Com isso, na visão de Kloppenburg, o Estado deveria intervir nestas religiões mediúnicas, com foco em torno da umbanda e do espiritismo, impedindo a realização de seus cultos, pois estas ofereciam perigo a saúde pública, o que leva a um debate em torno da noção de laicidade. Ao defender esta intervenção, Kloppenburg defendia uma reaproximação entre igreja e Estado.

### ***Umbandista vota em umbandista?***

Não obstante, a umbanda continuar a crescer, desde pelo menos 1945, Kloppenburg não tardou a encontrar reações aos seus escritos, por parte dos umbandistas, no Rio de Janeiro, (BROWN 1985). Alguns autores umbandistas e líderes religiosos também de outras denominações, como o espiritismo kardecista passaram a criticar Kloppenburg por meio de diferentes jornais, dentre os quais estão a revista *Reformador* da Federação Espírita Brasileira e o jornal *O Semanário, Jornal de Umbanda*, dentre outros. Tancredo da Silva Pinto, dirigiu algumas críticas a Kloppenburg e a Igreja. Dentre seus textos temos um capítulo intitulado *Umbanda, Catolicismo e Kardecismo*, publicado no livro *As impressionantes Cerimonias de Umbanda*, de 1955, escrito junto a Byron Torres de Freitas, que era seu filho de santo, além de um artigo publicado no jornal *O Semanário*, denominado *Conversando Com Frei Boaventura*, de 1959, escrito por Tancredo.

Na matéria *Conversando Com Frei Boaventura*, de 1959, que foi publicada na semana de 11 a 17 de julho. Tancredo afirmava que de fato os umbandistas não seriam cristãos, pois a umbanda seria mais antiga que o cristianismo (PINTO, 1959, p.14). O autor afirmava que o cristianismo é uma doutrina, e não puramente uma religião, diferente do que era propagado por Kloppenburg. O líder umbandista argumentou que a presença de imagens católicas no gongá<sup>9</sup> da umbanda seria culpa dos católicos, que escravizaram os negros africanos, então a presença das mesmas seria uma questão de tradição. O líder umbandista faz também uma discussão entorno da laicidade no Brasil, afirmando que:

---

<sup>9</sup>Altar de umbanda; recinto onde fica esse altar (LOPES, 2004, p.303).

A Carta Magna do País, a Constituição da República, nos garante o direito de praticar a religião que desejamos. Já vai longe o tempo em que a Igreja tinha muito a ver com o Estado Temporal. Hoje cada macaco no seu galho, direitinho! E cremos que a Igreja até lutou contra isso. Muitos que se afastaram, o fizeram por vê-la praticar atos de todo alheios a sua atribuição (PINTO, 1959, p.14).

Por sua vez, no capítulo *Umbanda, Catolicismo e Kardecismo*, vemos Tancredo e Byron em um primeiro momento, afastando o espiritismo kardecista da umbanda. Segundo os autores, enquanto o espiritismo consistia na evocação dos mortos, a umbanda, porém, não evocaria os defuntos, mas espíritos da Natureza, ou espíritos de luz que nunca teriam encarnado (PINTO E FREITAS, 1955, p. 79). Portanto, para os autores, a umbanda, apesar de ser mais antiga, pois teria uma origem no continente africano, se aproximaria mais do catolicismo do que o espiritismo (PINTO E FREITAS, 1955, p.79). Assim, ambos fazem uma crítica ao bispo do Rio Dom Jaime Câmara, que teria imputado a umbanda na categoria de baixo espiritismo. Afirmção que seria controversa para os autores, pois Jesus teria, inclusive, condenado a evocação dos mortos, que seria uma estrutura do kardecismo, chamada pelos autores de necromancia (PINTO E FREITAS, 1955, p.80).

Outra diferença doutrinária da umbanda seria para com o catolicismo, pois apesar das semelhanças, os santos da umbanda nunca teriam encarnado, mas os católicos sim (PINTO E FREITAS, 1955, p.80). Portanto, um dos objetivos dos dois líderes umbandistas é demarcar as diferenças doutrinárias em relação ao catolicismo e ao espiritismo, principalmente em relação ao segundo tanto que Tancredo e Byron afirmam: “Nós umbandistas, não seguimos a doutrina de Kardec, mas a doutrina da umbanda” (PINTO E FREITAS, 1955, p.81). Umbanda que para eles, teria uma origem africana, mais especificamente, angolana e não ligada ao kardecismo (PINTO E FREITAS, 1955, p. 82).

Com isso, os dois questionaram a necessidade de o Brasil passar por uma guerra religiosa, num momento em que, segundo eles, o materialismo ateu soviético seria o principal inimigo de todas as religiões no Brasil (PINTO E FREITAS, 1955, p. 83).

Segundo eles, não deveria ser movida uma guerra santa contra o espiritismo e a umbanda, como queriam alguns bispos católicos. Tal conflito deveria ser movido contra os inimigos de Deus, representando pelos autores pelo comunismo (PINTO E FREITAS, 1955, p. 83). Portanto, Tancredo e Byron argumentaram que não existiria uma divisão

entre “alto e baixo espiritismo”, como pregara a Igreja católica, com seu racismo, pois já acabara o tempo em que os escravos eram obrigados a colocar em “lugar de honra os santos dos seus senhores e a esconder debaixo do santuário as imagens dos seus orixás”, pois a escravidão por si só seria um atentado contra a doutrina Jesus Cristo (PINTO E FREITAS, 1955, p. 84). Em sua crítica a igreja para os dois, não se poderia falar em “religião de branco ou religião de negro” (PINTO E FREITAS, 1955, p. 84).

Assim como nos escritos de Kloppenburg, encontramos na obra de Tancredo e Byron uma discussão em torno da noção de laicidade, que se difere da de Kloppenburg, que defendia uma intervenção do Estado nestas religiões. Desta forma, em suas visões sobre o catolicismo, para Tancredo e Byron, “o catolicismo seria uma religião privilegiada, em uma República que não tinha religião oficial” (PINTO E FREITAS, 1955, p. 85).

Na concepção de Oro (2011), existem países que mantêm um regime de separação entre Estado-igreja; outros possuem um regime de separação entre igrejas e Estado com dispositivos particulares em relação a algumas religiões ou igrejas, e, existem países que adotam o regime de igrejas de Estado. Não obstante, o Brasil, ao se encaixar, ao menos juridicamente, no regime de separação entre Estado-igreja, o catolicismo pode ser entendido como uma religião privilegiada em suas relações com o Estado (ORO, 2011, p.222). O que “mostra que a pretensa neutralidade do Estado em relação à religião, subentendida na noção de separação entre o poder temporal e o espiritual, constitui mais um ideal do que uma realidade. Isto, aliás, não parece ser um fenômeno somente brasileiro” (ORO, 2011, p.229). Para o autor, existe uma “laicidade à brasileira”, pois aqui, a laicidade não foi acompanhada de uma secularização da sociedade. (ORO, 2011, p.234-235).

Portanto, na visão dos autores, a umbanda precisava de liberdade por parte do Estado e da igreja para ser legitimada, não sendo necessário uma perseguição a ela, como a que estava sendo movida por parte da igreja católica. Os autores também reconhecem que apesar de a laicidade existir na Constituição de 1946, o Brasil não era laico na prática, visto que a igreja ainda recebia privilégios por parte do Estado.

Entretanto, essa campanha anti-espiritismo promoveu um sentimento de unificação entre os umbandistas, pois foi criado do Colegiado Espiritualista do Cruzeiro do Sul<sup>10</sup> que buscou unificar algumas federações de umbanda do Rio de Janeiro, criado em 1956,

---

<sup>10</sup> O colegiado foi fundado em abril de 1956, contado com a presença da União Espírita de Umbanda do Brasil, o Primado de Umbanda, a Confederação Espírita Umbandista e a Ordem Mística Espiritualista Agla- Avid (JORNAL DE UMBANDA, 1956, p.1).

existindo até o final da década de 1960. Segundo Trindade (2014) “a iniciativa desta articulação partiu da União Espírita de Umbanda do Brasil e incluía também a federação fundada por Tancredo da Silva Pinto, que chegou a ser um dos presidentes da instituição” (TRINDADE, 2014, p.392).

Esse órgão contribuiu em grande sentido para a unificação da umbanda e a entrada da umbanda para a política. Neste momento, temos uma umbanda que vai apaziguar suas diferenças internas e raciais frente a uma reação contra a Igreja, que vai se dar com a entrada da religião para o campo da política. Após esse momento, temos o retorno dos debates entre esses dois modelos de umbanda, que se dará, principalmente na década de 1970, mas especialmente entre os anos da década de 1950 e 1960, temos uma umbanda que busca relevar suas diferenças internas para se juntar em um projeto político, mesmo que esse projeto em um primeiro momento, não tenha eleito nenhum candidato. Ou seja, o Colegiado une a umbanda branca e a omolocô, visto que essas duas concepções de umbanda precisam se defender frente à Igreja Católica que estava atacando essas religiões no campo religioso. Enquanto Tancredo utilizava a imprensa e a literatura doutrinária, conforme vimos acima para responder a Igreja, a umbanda branca vai se valer do *Jornal de Umbanda* para apresentar candidaturas políticas de umbandistas que defendam a religião, conforme veremos.

Portanto, além da criação desta instituição temos no chamado Período Democrático Brasileiro, a entrada de umbandistas para a política<sup>11</sup>. Em dezembro de 1954 Olívio Novaes publicou no *jornal de umbanda*, uma matéria em que abordava candidaturas umbandistas e espíritas, teriam disputado naquele ano 20 vereadores umbandistas e espíritas e 7 deputados. Olívio Novaes citou na matéria nomes de alguns candidatos umbandistas. Os candidatos umbandistas seriam: Almirante Orlando Martins Ferreira -356 (Partido Trabalhista Brasileiro), que concorreu ao cargo de deputado federal. Por sua vez, os vereadores umbandistas seriam João Carneiro de Almeida, que obteve 1701 votos, sendo candidato do PSB; José Herman (Partido Social Democrático), obtendo 1543 votos; Narcísio Cavalcante, que teve 1.226 votos, sendo candidato do Partido Trabalhista

---

<sup>11</sup> O primeiro umbandista que conhecemos a entrar para política foi de Zélio de Moraes, que foi vereador em São Gonçalo, entre 1924 e 1929. Disponível em: <https://registrosdeumbanda.wordpress.com/2009/12/13/o-vereador-zelio-fernandino-de-moraes/>, consultado em 14/11/2022.

Nacional; Luís Nunes Batista, com 1182 votos, do PTB; Flavio Batalha do Partido Social Trabalhista, com 730 votos (JORNAL DE UMBANDA, 1954, p.5)<sup>12</sup>.

Observamos que eram diferentes siglas partidárias, e nenhum destes candidatos acabou sendo eleito, porém notamos a entrada da umbanda para a política, não apenas em busca de legitimidade da religião, mas a fim de garantir a liberdade religiosa. O grande problema foi o fato de estas candidaturas não serem unificadas. Olívio Novaes, que escreveu a matéria, afirma que o problema se deu “porque a disputa do sufrágio entre nós, foi um caso muito sério. Primeiro pela quantidade de candidatos a 20 vereadores” (JORNAL DE UMBANDA, 1954, p.5). No artigo, o autor reclama basicamente da desunião das candidaturas umbandistas, que para ele, poderiam se juntar em torno de um único candidato e, assim, teriam o eleito.

Esse sentimento, pelo visto, era notado por outros umbandistas que escreviam no jornal, pois em agosto de 1954, teria sido feito um festejo e uma reunião na Tenda africana São Sebastião, durante o evento teria se criticado os “candidatos que enxameiam as casas espíritas no presente momento à caça de votos dos nossos irmãos, posteriormente repudiados, tão depressa alcançam os cargos” (JORNAL DE UMBANDA, 1954, p.13). A Tenda teria “conclamado os umbandistas a se unirem em uma única frente, contra esses usurpadores dos nossos votos” (JORNAL DE UMBANDA, 1954, p.13).

Em 1955, em agosto, teria saído outra matéria no *Jornal de Umbanda*, que pedia que

Os umbandistas e espíritas que estão sendo perseguidos de todas as formas, estes mais do que qualquer outro espiritualista tem a obrigação de não só votar, como também de orientar os demais correligionários no sentido de votarem em candidatos umbandistas e espíritas (JORNAL DE UMBANDA, 1955, p.9).

De acordo com Brown (1985), neste período, “a umbanda orientou seu envolvimento na política sem assumir qualquer identificação política clara Recomendava-se aos eleitores apoiar candidatos umbandistas, pois estes apoiavam a umbanda” (BROWN,

12

Disponível

em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=111848&pasta=ano%20195&pesq=Ol%203%ADvio%20Novaes&pagfis=237>, consultado em 10/11/2022.

1985, p.29). Portanto, existia o interesse de entrada na política, mas ainda não havia uma unificação em torno de algumas candidaturas.

Na eleição presidencial de 1955, foi publicada outra matéria no *Jornal de Umbanda*, que falava a respeito da relação entre a Igreja e a política e na necessidade de os umbandistas votarem em Ademar de Barros, ou em Juscelino Kubistchek, visto que ambos respeitariam a liberdade de culto no Brasil.

Segundo a matéria, que foi publicada em setembro de 1955, a qual não tivemos acesso ao autor.

Todos conhecem o mecanismo, a máquina eleitoral e sabem ser esse um fator preponderante para a vitória. Nesse ponto temos dois candidatos que levam vantagem : Um o Sr. Ademar de Barros, candidato populista e liberal que, acreditamos respeitará a liberdade dos cultos religiosos; o outro Sr. Juscelino Kubitschek, candidato trabalhista que está apoiado pelas forças getulistas, o que também nos faz crer, dados os princípios de seu patrono Getúlio Vargas, não permitirá a quebra das tradições de liberdade de nosso país e portanto defenderá o direito de cada um prestar o seu culto religioso de acordo com sua religião. Assim umbandistas de todo o País não se esqueçam de que há uma espada de gume afiadíssimo sobre as nossas cabeças, que suas forças estão perfeitamente coordenadas, porque os padres não têm cerimonia e vão para os púlpitos das igrejas orientar seus fiéis e detém um órgão de orientação política em suas mãos, que é a Liga Eleitoral Católica, e acima de tudo muito dinheiro que sobrou do Congresso. Portanto umbandistas, votem mas votem bem, que além de dever cívico é um dever de consciência e uma demonstração de lealdade com essa religião sublime que nos envia Caboclos e Preto Velhos para nos ajudar em todos os momentos de nossa vida por este vale de lagrima (JORNAL DE UMBANDA,1955, p.7).

Desta forma, em proporções diferentes, é claro, se tínhamos a Liga Eleitoral Católica, no campo da umbanda, passamos a ter candidaturas umbandistas e orientação para os fiéis da religião sobre a importância do voto. Tanto que em 1958, Átila Nunes<sup>13</sup> se elegeu vereador pelo Rio, ele que possui o primeiro programa de rádio dedicado a umbanda, o Melodias de Terreiro, de 1947, também foi o primeiro umbandista a se eleger deputado estadual em 1960. No Sul, Moab de Caldas<sup>14</sup> foi eleito deputado, ele também teria começado sua carreira na umbanda, em um programa de rádio. Uma questão importante é que estas candidaturas não representavam em seus slogans modelos de umbanda, como os representados pelas umbandas, ou seja, umbanda branca e umbanda omolocô, visto que os candidatos queriam ser vistos como umbandistas em sentido geral, não colocando suas filiações religiosas.

### **Breve Conclusão**

Observamos que além de Dom Jaime Câmara, Kloppenburg se configurou enquanto um grande opositor a esta religião. Esses porta vozes da hierarquia católica se preocupavam cada vez mais com a possessão e a presença pública da umbanda, e demonstravam tais preocupações na imprensa carioca. Cabe lembrar que Kloppenburg e Dom Jaime não foram os únicos a escreverem sobre as ditas religiões mediúnicas, pois diversos intelectuais católicos escreveram sobre essas religiões, tais como o padre Edvino Augusto Friderichs, que escreveu a obra *“Onde os Espíritos Baixam”*, publicado pela editora Loyola, em 1977, Dom Otávio Chagas Miranda que escreveu *“Os fenômenos psíquicos e o espiritismo perante a Igreja”*, de 1926, dentre outros. “A umbanda durante esse período, preparou-se para defender-se mais eficazmente contra acusações e perseguições que, não obstante, sua intensidade não impediram seu crescimento, mas dificultavam a sua aceitação” (NEGRÃO, 1996, p.90).

---

<sup>13</sup> Ele iniciou sua carreira política em 1958, no Partido Social Progressista (PSP), em 1962 foi para o Partido Social Trabalhista (PTN), em 1966 concorreu pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1966 se elegeu, na ditadura e atuou como vice-presidente e secretário da ALERJ. Sempre em defesa da liberdade religiosa da umbanda. Atila Nunes morreu em 1968. Seu filho Atila Nunes Júnior, foi eleito em 1972 para deputado, seu filho atua até os dias de hoje em defesa da liberdade religiosa para a umbanda.

<sup>14</sup> Moab de Caldas iniciou sua carreira política, em 1958, no Partido Social Democrático (PSD). Em 1962 foi para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por apoiar João Goulart e Brizola, foi cassado, em 1968, na ditadura civil-militar.

Em 1962, a Campanha Anti-Espiritismo”, movida pela igreja, chegaria ao fim com a realização de Vaticano II (1962-1965), do qual o frei Kloppenburg participou, sendo um dos principais divulgadores de suas ideias, no Brasil (NEGRÃO, 1996). Assim, os anos de 1962-1965, marcam um momento no qual a igreja muda sua postura em relação a umbanda e as religiões afro-brasileiras, passando a adotar uma postura mais ecumênica, pluralista, porém tolerante. “O próprio Frei Kloppenburg mudará o seu discurso, de acusatório para conciliatório, buscando resgatar esse rebanho desgarrado” (SÁ JUNIOR, 2004, p.39).

Contudo ele não deixou de ser intolerante frente a umbanda, e não deixou de querer conquistar os adeptos umbandistas e de outros segmentos mediúnicos. Na documentação posterior ao concílio Vaticano II analisada por Teixeira (2004) e França (2012), mostra a preocupação com o tema do trânsito religioso entre católicos e religiões mediúnicas constante na reprodução da ideia de sincretismo e o caráter civilizatório do catolicismo em promover progresso as comunidades negras, como se naturalmente estas fossem reproduzir as “irracionalidades” de uma cosmologia africana. Um dos documentos do Concílio Vaticano II, o *Ad Gentes*, evidencia que umbanda e outras cosmologias “africanizadas” deveriam ser tratadas do mesmo modo que a igreja católica tratava as missões africanas. Há uma mudança para uma atitude “tolerante”, o outro é reconhecido como diferente, porém nunca um igual (TEIXEIRA 2004; FRANÇA 2012)

Para a umbanda, a campanha movida pela igreja teve um efeito inverso, pois a religião cresceu, e se expandiu, aumentando seu sentimento de unificação para melhor defesa e sua participação política, fato que levou a candidatura de umbandistas, no Rio de Janeiro, Rio Grande de Sul, São Paulo e Minas (BROWN, 1985, p.33; NEGRÃO, 1996; ORTIZ, 1991). Durante parte deste momento, observamos certa interrupção das disputas entre dois grandes segmentos umbandistas, e a unificação dos mesmos em torno da política e da necessidade de defesa frente à Igreja.

As análises sobre a presença pública das religiões afro brasileiras recaem, em geral, sobre a expressão cultural como motor principal de sua identidade pública (GIUMBELLI, 2008; BURITY, 2021), a ideia de uma base diferencialista e cultural conformou a presença das religiões afro-brasileiras no espaço público, diferente do epíteto generalista cristão presente em religiões como o catolicismo (GIUMBELLI 2008).

Compreendemos que estes signos (patrimonialização de terreiros, comida, música símbolos afro no campo artístico em geral, conformação de espaços culturais) foram importantes na conformação de lutas e de identidades étnicos raciais, no campo afro

religioso, porém não de um modo contínuo, há diferenças internas e segmentações nestes grupos. Chamamos atenção para a necessidade de investigarmos melhor o período de maior enfrentamento entre católicos e religiosidades mediúnicas, em especial as ações dos umbandistas, e entender como nossos atores sociais discutiram sobre as relações entre religião e política como garantia da laicidade e da liberdade religiosa que nas visões expostas mostram que já eram ambíguas, e se encontravam ameaçadas pela interferência católica na vida pública e no Estado, e de como essa ingerência dos católicos na vida política, na imprensa, na constituição de grupos de intelectuais católicos afetava o exercício da liberdade religiosa pelo campo afro-brasileiro.

### **Referências Bibliográficas**

- AGUIAR, Camilla Fogaça. *Deus abençoe São Gonçalo - Uma prefeita na linha de frente da Guerra Santa*. 8. 137 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.
- ANDRADE, Solange Ramos. Frei Boaventura Kloppenburg e a história da Igreja Católica no Brasil: aspectos de uma biografia. *História Unisinos*, 16(1):139-148, janeiro/abril, pp.139-148, 2012.
- ALMEIDA, Antônio José. Ação Católica. In *Dicionário do Concílio de Vaticano II*- dirigido por João Décio Passos e Wagner Lopez Sanches. São Paulo: Paulus, 2015.
- BAHIA, Joana. *O Rio de Iemanjá. Um olhar sobre a cidade e a devoção*. Rio de Janeiro: editora Telha, 2023. No prelo.
- BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1946)*. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.
- BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.
- BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: Construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes*, (3),1-35.<https://doi.org/10.29340/en.v3n6.158>, 2021.
- CACCIATORE, Olga. G., *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*, Rio de Janeiro, 1977.
- CAPONE, Stefania. *A Busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, 2008.

- FRANÇA, Dilaine Sousa Sampaio. *Arôyé?: Um estudo histórico-antropológico do debate entre discursos católicos e do candomblé no Pós-Vaticano II*. 1ª. ed. São Paulo/João Pessoa: Fortune Editora/Editora da UFPB, 2012. v. Vol.1. 247p.
- MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, 2011, v.11, n. 2, 238-258.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de; BONIOLO, Roberta M. “Em público, é preciso se unir”: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, 2017.
- \_\_\_\_\_. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, n. 2, p. 125-152, 2010.
- MORAIS, Mariana Ramos de. “Povos e comunidades tradicionais de matriz africana” no combate ao “racismo religioso”: a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n 3: pp.51-73, 2021.
- NEGRÃO, Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.
- NOGUEIRA, Farlen de Jesus. *O Tata Ti Inkice da omolocô: Tancredo da Silva Pinto, clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro (1950 -1979)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.
- ORO, Ari Pedro. (1997), Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? *Debates do NER*, ano 1, no 1.
- ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 221-237, maio-ago. 2011.
- SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004
- SILVA, Vagner Gonçalves. Neopentecostalismo e religiões afrobrasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. In: *MANA*, vol.,13(1), pp. 207-236, 2007.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro. Umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RABELLO, Miriam. A possessão como prática: esboço de uma reflexão fenomenológica. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2008.

REIS, Livia. “Do voto evangélico ao cristão: o que as eleições de 2020 têm a nos dizer?”. *Nexo*, 10 nov. 2020

TEIXEIRA, Faustino. “O concílio vaticano e o diálogo inter-religioso”. In: GONGALVES, Paulo Sérgio Lopes & BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo, Paulinas, 2004, pp. 273-291.

VITAL DA CUNHA, Cristina. Ativismo negro e religioso. O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 2021, pp. 243-259.

### ***Fontes Consultadas***

#### ***Livros***

PINTO, Tancredo da Silva Pinto; FREITAS, Byron Torres. *As impressionantes Cerimonias de Umbanda*. 1955.

KLOPPENBURG, Carlos José Boaventura. *Posição Católica Perante a umbanda*. Petrópolis: Editora Vozes. 1954.

KLOPPENBURG, Carlos José Boaventura. *Livro negro do espiritismo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1953.

#### ***Biblioteca Nacional***

##### ***Cultura Política (1941)***

MAGALHÃES, Basílio. Elemento religioso afro-brasileiro. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, 1941, p.267.

#### ***Jornal de Umbanda (1954-1957)***

NOVAES, OLÍVIO. Relembrando o 3 de outubro. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1954, p.5.

\_\_\_\_\_. Não podemos ficar indiferentes as eleições. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1955, p.9.

PESSOA, José Alvares. O milagre de Iemanjá. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1955, p.1.

TENDA AFRICANA SÃO SEBASTIÃO. O que vai pelas tendas. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1954, p.13.

VELHO, Lourenço. O que os outros Dizem de Nós. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1955, p.5.

\_\_\_\_\_. Não podemos ficar alheios as eleições de 3 de Outubro. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1955, p.7

WISCHRAL, Levino Cornélio. Um protesto ecoa em toda a umbanda. *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, 1957, p.7.

### ***Jornal do Brasil (1957)***

BANDEIRA, Manuel. Mensagens de Natal. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1957, p.6.

CÂMARA, Jaime. A voz do Pastor. Prevenir é melhor que reprimir: O Culto a Iemanjá, demonstração de atraso moral e intelectual. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1957, p.6.

### ***O Semanário (1959)***

PINTO, Tancredo da Silva Pinto. Conversando com Frei Boaventura. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 1959, p.14.